

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.549.608 - BA  
(2019/0215940-9)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**AGRAVANTE : REAL SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEF 16 DE SETEMBRO**  
**ADVOGADOS : MONYA PINHEIRO LOUREIRO - BA035625**  
**PAULA LIMA CUNHA DA SILVA - BA054482**  
**AGRAVADO : ESTADO DA BAHIA**  
**PROCURADORES : ANA CRISTINA BARBOSA DE PAULA E OLIVEIRA - BA010163**  
**LEONCIO OGANDO DACAL - BA013939**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interno manejado por Real Sociedade Portuguesa de Beneficência Dezesseis de Setembro – Hospital Português contra decisão que não conheceu do agravo em recurso especial.

A agravante aduz não ser caso de aplicação da Súmula 182/STJ, porquanto houve o efetivo combate dos argumentos do *decisum* pelo qual foi negado seguimento ao recurso especial.

É o relatório.

Há de se reconhecer que os fundamentos da decisão, que inadmitiu o recurso especial, foram minimamente confrontados no agravo em recurso especial, cabendo o afastamento do enunciado sumular n. 182/STJ.

No entanto, prevalece um segundo ponto da fundamentação, qual seja a impossibilidade de exame da matéria nesta via recurso especial ante a necessidade de exame da legislação local, com incidência da Súmula 280/STF.

Ademais, eventual discussão sobre a constitucionalidade da legislação local deveria ser discutida em recurso extraordinário, o que não foi feito pela parte agravante.

Ante o exposto, reconsidero em parte a decisão recorrente, mantendo o não conhecimento do recurso pelo segundo fundamento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator